

OS CORPOS DA PÁTRIA: RECOMPOSIÇÕES DA NACIONALIDADE EM O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO, DE MIA COUTO

THE BODIES OF THE HOMELAND: RECOMPOSITIONS OF
NATIONALITY IN O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO, BY MIA COUTO.

Jacimara Vieira dos Santos

ABSTRACT: *O último voo do flamingo*, by Mia Couto, was published in Brazil in 2005, and the point of view of this study is the analysis of how, when dealing with categories of nationality, we can observe reconfigurations of meanings and ways of rearticulation of identities in contemporary times. Thus, it is presumed that such processes indicate the pluralization of the meaning of the national being, revealing asymmetries in the logic of standardization and idealization that usually operate with a focus on geographic or geopolitical borders, whose limits do not carry the complexities of nationality experiences.

KEY-WORDS: Mia Couto; O Último Voo do Flamingo; Representation; Nationality; History; Literature.

RESUMO: A partir de *O último voo do flamingo*, obra de Mia Couto publicada no Brasil em 2005, o ponto que vislumbramos neste estudo é a análise da forma como, ao tratarmos de categorias da nacionalidade, podemos observar reconfigurações de sentidos e modos de rearticulação das identidades nacionais na contemporaneidade. Assim, presume-se que tais processos indiquem a pluralização do significado do *ser* nacional, revelando assimetrias na lógica de padronização e idealização que costumam operar com foco em fronteiras geográficas ou geopolíticas, cujos limites não comportam as complexidades das experiências de nacionalidade.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Mia Couto; O Último Voo do Flamingo; Representação; Nacionalidade; História; Literatura.

OS CORPOS DA PÁTRIA: RECOMPOSIÇÕES DA NACIONALIDADE EM O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO, DE MIA COUTO

Jacimara Vieira dos Santos ¹

Não seria inédito afirmarmos que os conceitos de nação e de pertença nacional mudaram sobremaneira nas últimas quatro a cinco décadas que nos antecedem, especialmente a partir das análises de Ernest Renan, Eric Hobsbawm, Homi Bhabha e de Benedict Anderson, em que pese o fato de que este último, pelo título de sua obra (*Comunidades imaginadas*) já antecipa a resposta às questões anunciadas sobre o tema. De forma análoga, encontramos nas representações literárias de períodos mais recentes, aspectos importantes da construção da nacionalidade, decerto, em configurações diversificadas, próprias e móveis.

Os duráveis casamentos entre Literatura e representação da nacionalidade atravessaram séculos e ainda hoje se constituem em objeto de estudo, permanecendo como fontes relevantes para pesquisas, consultas ou gratuito deleite. Ernest Renan (1998) problematiza a nacionalidade em *O que é uma nação*, advertindo que esta é uma questão “clara em aparência, mas que se presta aos mais perigosos mal-entendidos”, para os quais dedica minuciosa atenção, alertando, inclusive para os equívocos contemporâneos: “Hoje em dia, comete-se erro ainda mais grave: confunde-se a raça com a nação, e atribui-se a grupos etnográficos, ou melhor, linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (RENAN, 1998, p.13).

Após vasto percurso histórico nas modificações e pluralidades sobre o conceito de nação, Ernest Renan concebe que “A nação moderna é, portanto, um resultado histórico produzido por uma série de fatos que convergem para um mesmo ponto”, demonstrando que “uma nação não existe por si mesma”. Por seu turno, Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade* (2008), explora aspectos particulares sobre o tema proposto, em diferentes contextos e temporalidades, destacando a ideia moderna de nação e importantes pareceres sobre *O nacionalismo no final do século XX*: “Hoje, todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são ‘nações’; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação ‘nacional’”. (HOBSBAWM, 2008, p. 195).

Sinaliza-se a construção subjetiva do pertencimento à nação, reforçada por manobras oficiais de governos, disseminação de ideologias e incremento constante de sentimentos de identificação, de modo a que cada cidadão possa *sentir* a nacionalidade, preferencialmente, sem a

¹ Docente da UNEB, colegiado de Historia, DEDC XIII, doutora em Letras. Membro do Grupo de Pesquisa África do Século XX. e-mail: maravie@yahoo.com.br

percepção de artificialidades, cooptações e manipulações que passam longe da natureza pretensamente neutra e espontânea atribuídas ao *ser* nacional. Benedict Anderson, justamente ao capturar nuances subjetivas da nacionalidade e da impropriedade de circunscrever a nação e suas fronteiras apenas a aspectos geográficos ou cartograficamente definido, definitivo e rígido, examina os vínculos mais densos subjetivamente calcados em homens e mulheres dispostos a doar-se aos projetos da nação, dedicando-lhes *sentimentos* e receptividade a um repertório de imaginação sobre a nação.

Conforme análises de Lília Moritz Schwarcz, no prefácio à edição brasileira de *Comunidades imaginadas* (2008, p.15):

Pensemos nos Estados coloniais e em três instituições fundamentais no sentido de moldar as imaginações: os censos, os mapas e os museus. Juntos, como mostra Anderson, eles conformaram profundamente a maneira como o Estado imaginava seu domínio, a natureza dos seres por ele governados e a geografia de seu território (e, portanto, a legitimidade em relação ao passado). Juntos, também, eles criaram realidades unificadas, por mais distintas que fossem; categorias raciais claras onde os grupos se misturavam e se fundiam; histórias sequenciais e lógicas; mapas e fronteiras fixos. Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas. Os mapas estabeleceram limites, demarcaram espaços e constituíram um novo discurso cartográfico capaz de comprovar a vetustez das unidades territoriais. Por fim, não se pode descuidar da importância da imaginação museológica e dos serviços arqueológicos coloniais que se conformaram como instituições de poder e de prestígio.

Bastante apropriado considerar os aparatos de que se valem os poderes e estados propriamente ditos na constituição de incentivos aos sentimentos de pertença patriótica. A imaginação sobre a nação espalha-se por museus, mapas, discursos, livros didáticos, hinos, palavras de ordem e outros recursos de perfil apelativo e doutrinador, com maior ou menor sutileza, muitas vezes diluídos em paixões coletivas plantadas mediante comoção ou modos discretamente coercitivos. Homi Bhabha (1998) arremata a questão, elucidando em *Narrando a nação*, os artefatos verbais e imaginários, além do fluxo constante de trocas entre um e outro, na composição do repertório sobre a nação, sendo, pois, importante no traçado da análise ora pretendida por este artigo.

No esteio das teorias arroladas, também se torna adequado pensarmos a duplicidade, senão pluralidade, que a questão da nacionalidade adquire no contexto particular das circunstâncias e processos colonizadores e como a fase posterior, o ‘pós’, exige a reelaboração da feição anterior. Parte-se da premissa de que, embora se possam empregar palavras específicas para tais fenômenos sociais, culturais e históricos, ninguém passa incólume às experiências de colonização, ainda que esteja em posição de domínio. Assim sendo, as nacionalidades se

reinventam. E se, por vezes, nacionalidades se pulverizam a partir de presenças exógenas, da força opressiva de um dominador, tendem a se recompor e, já ali, a recomposição poderá assumir feições de uma recombinação.

Se a força da opressão se mostra demolidora de nações e comunidades atingidas por esse poder que, muitas vezes é, também, um poder bélico ou poder de extermínio, também o lugar do ‘mais forte’, do ‘vencedor’ não estará imune aos efeitos das experiências de contato. Àquele que resistiu não será possível fazer resgates, nem alegar purezas e originalidades pretensas. Poderá, porém, se recompor. As identidades nacionais se recompõem a fim de serem reconhecidas como pensam ser e como projetam a imagem de si mesmas. Ao que denominamos por *recombinações*, entenda-se a consideração de que o convívio de populações locais com pessoas representativas do poder colonial não se resume a simples aglomerado de nacionalidades díspares, com propósitos, hábitos culturais e mais exatamente composição distinta. Deste modo, a fisionomia de nacionalidade resultante deste processo será, em certa medida, um mosaico de combinações – de onde não se descartam conflitos, disputas de memória e diferentes linhas de força. Entretanto, nem sempre o mosaico deixará visível cada parte singular, mas se firmará na imagem maior que projeta de si, corporificado.

Certamente que não seria razoável adotar a perspectiva de *assimilação* ou *síntese*, não por inadequação, mas por insuficiência dos termos. Outras expressões ora mantidas por respeito às fontes que dela se valem, devem ser consideradas em específico, sem descurar da mobilidade de significados impostos pelo tempo e pelas diferenças políticas que revestem a retórica e tendem a se acentuar em determinadas épocas. O contrato cívico que sobrevém à colonização tenta unificar diferenças, mas é o sentimento de nacionalidade, com o apelo de reconstrução da pátria ou reconstituição do país, que passa a trazer o alívio da promessa de futuro, da diferença, do *novo* como sinônimo de *melhor*, que é operacionalizado para o convencimento das populações.

Nas articulações entre História e Literatura, a expressão ficcional assume significativo lugar no âmbito do imaginário e das representações. Sendo, pois, instâncias autônomas que se interpenetram, o *corpus* ficcional conclama repertórios teóricos e, porquanto não dependa deles, reclama suas perspectivas – e aqui não nos ocuparemos de esmiuçar intencionalidades ou compromissos da obra literária, cuja autonomia já frisamos. Desta forma, temos em *O último voo do flamingo*, uma oportunidade de discussão premente acerca da nacionalidade – nos encontros nunca passivos ou pacíficos, nas tensões, nas negociações, nas trocas recíprocas e contínuas entre as partes.

O cenário em que se desenrola a narrativa de Mia Couto é a fictícia *Tizangara*, localizada na porção sul de Moçambique. O mote que movimenta o romance é a chegada de um encarrega-

do pelas investigações acerca de fenomenais explosões de soldados das Nações Unidas, cujos vestígios cadavéricos são o pênis (de cada um dos cinco vitimados) e um boné da farda que os identifica. Sob a voz do narrador, têm-se a contextualização do romance:

Estávamos nos primeiros anos do pós-guerra e tudo parecia correr bem, contrariando as gerais expectativas de que as violências não iriam nunca parar. Já tinham chegado os soldados das Nações Unidas que vinham vigiar o processo de paz. Chegaram com a insolência de qualquer militar. Eles, coitados, acreditavam ser donos de fronteiras (COUTO, 2005, p. 09).

Há uma franca constatação, entre a ironia e a estupefação, na passagem acima transcrita, que desafia as pretensões de superioridade do elemento exógeno – *insolentes* e *coitados*. A calma aparente surpreende, mas não convence. Os primeiros anos do pós-guerra trazem hesitação e indefinição, confluindo para que se perceba que o período relatado guarda montantes de problemas e questões abertas, seja a guerra o maior deles ou *um* entre *tantos*. O narrador, com sagacidade e ironia, inverte os lugares de força, pois que desmente as pretensões de poder dos militares. Simultaneamente, aponta ambiguidades de sentidos ao aludir às fronteiras e à artificialidade de uma paz que precisa ser garantida pelo controle, sob as armas, em concórdias fabricadas. Apresentando-se como o “Tradutor de Tizangara”, na exposição da obra, declara: “Fui eu que transcrevi, em português visível, as falas que daqui se seguem” (COUTO, 2005, p.09).

Em específico, o referido processo da tradução vincula-se a um sentido cultural, a percursos semânticos que excedem dicionários e indicam novos significados ou, mesmo, compreensão particularizada de termos e expressões – isto é, o que tal palavra significa naquele lugar, para aquele contexto. No romance analisado, mostra-se uma função supérflua, desnecessária, mas que se justifica quando considerada no âmbito da pluralidade da lusofonia – aspecto considerável, mesmo em face da familiaridade, adquirida com o passar do tempo, com termos como “Português de Portugal”; “Português de Angola” ou “Português de Moçambique”, dentre outras aglutinações que alinham a língua padrão e processos de colonização em suas variedades porque sugerem a falta de homogeneidade na conversão da linguagem local em português.

Na obra, há a demarcação de nacionalidades e julgamos que esta é uma maneira válida de chamar a atenção do leitor aos vários lugares de origem das personagens – lugares que não oferecem caminhos para voltar, porque, contraditoriamente, os sujeitos já não seriam os mesmos ainda que não tenham deixado de ser quem eram. Massimo Risi, o italiano a quem coube as investigações, indaga:

- Você quem é?
- Sou seu tradutor.
- Eu posso falar e entender. Problema não é a língua. O que eu não entendo é este mundo daqui
(COUTO, 2005, p. 40).

A aparente inteligibilidade de palavras não garante fluência plena, não abarca pontos que os dicionários não cobrem e exige domínios de compreensão que estão além da gramática. Com isso, sinaliza-se o caráter particularizado (de cada povo) na experiência da colonização. Entretanto, a acepção do todo esse processo não se fixa em reiterar o prisma deletério, aterrador e opressivo vivido pelas populações submetidas, mas, sem abandonar esses caracteres que, inegavelmente, marcam a operação colonizadora (em largo sentido, isto é, colonizadora, recolonizadora ou pós-colonizadora) focaliza o elemento exógeno como também atingido. Portanto, *o vencedor* também tem vulnerabilidades e é afetado, sem passar incólume pela colonização.² Conforme Massimo Risi, representante europeu ainda que não português, a questão não está localizada em plano idiomático, mas em meandros simbólicos do espaço local.

A linguagem tem muito peso e proeminência para ambos os lados, por mais que sejam notórias mobilidades e ressignificações:

Lusofonia. Colonialismo. As palavras são fortes ainda hoje. A antiga metrópole, por essa conjunção de fatores, passaria a ter um papel diminuto, no caso português, na dinâmica interna dos novos Estados nacionais ditos lusófonos. Portugal não tinha nem tantas vantagens econômicas nem um modelo político (até 1974) a oferecer a esses novos países. Até mesmo o caráter lusófono pareceu aos africanos uma herança pouco vinculada à maioria das populações. Uma vez mais se trata da verticalidade (a língua portuguesa) sem vida nos lugares. As nações, como quer as entendamos, seriam uma obra incompleta e incerta na África que outrora fora portuguesa (SECCO, 2004, p. 229).

O que o autor define como “obra incompleta e incerta” muito dialoga com a voz narrativa do romance, quando aponta hesitações, imprecisões e imprecisões no pós-guerra. Secco afirma, ainda, que apenas 8,8% da população de Moçambique falavam português, enquanto *emakuwa* e *xichangana* eram falados, respectivamente, por 26,1% e 11,3% e, ao representar percentualmente uma minoria, prevalece como marca linguística dos novos assimilados, “Dos funcionários do governo, dos poderes estabelecidos e, especialmente, dos meios de comunicação de massa (a

² Não obstante, no que toca ao povo português, a categoria de *Retornado* (referência àqueles lusitanos que voltavam ao país de origem após viver na África colonizada) ilustra a afirmação ora sustentada, uma vez que para os portugueses locais, os *Retornados* eram diferentes e socialmente marcados, em maioria, negativamente.

televisão e, parcialmente, o rádio). De língua do colonizador a língua das classes letradas e politicamente dominantes” (SECCO, 2004, p. 230).

A categoria de *novos assimilados* é retomada no presente estudo por lealdade às ideias apresentadas por Secco, como meio explicativo, não refletindo plena aquiescência ao conceito corrente da expressão. *O último voo do flamingo* exhibe outras artificialidades, evidenciando os modos de forjar hábitos e características do lugar, que é descrito como *mais um* lugar na África e que, por seguinte, precisa corresponder a um imaginário exógeno constituído e ao universo das expectativas dos olhares de fora:

O que eu quero, em tanto que Ermelinda, é que eles fiquem a saber que nós, em Tizangara, temos tradução simultânea.
Remexeu nos dedos, ajeitando os enfeites. Ela exibia mais anéis que Saturno.
Virando-se para o marido, quis saber se tinham mandado chamar a cultura.
- A cultura?
- Sim, os grupos de dança. (COUTO, 2010, p. 19).

Possivelmente, as personagens aludem à cultura como espetáculo de dança, em desenvolvuras, temáticas e caracterizações engessadas por um formato disseminado pela modelo cultural de massa e referendado por alguns espaços científicos, artísticos ou autorizados. Os enredos pessoais não se dissociam do corpo nacional, e de certo grau de pouco conhecimento acerca de realidades culturais por parte do próprio país, que divulga, reproduz e concede validade de modo seletivo e excludente, variando ao sabor de conveniências. Reforça-se esse indicativo na seguinte observação do narrador:

A administratriz de novo se interpôs, deixando invisível o esposo. Falava ajeitando o turbante e sacudindo as longas túnicas. **Ermelinda clamava que eram vestes típicas de África. Mas nós éramos africanos, de carne e alma, e jamais havíamos visto tais indumentárias** (COUTO, 2010, p.19) - (grifos nossos).

Oferecem-se figurações de elementos culturais em conformidade com as conveniências de consolidação de tipicidade dadas pelo mercado, pelas projeções, por imagens construídas por *acordos*³, que podem, inclusive, dar legitimidade e credibilidade a hábitos culturais inexistentes – como podemos observar na transcrição. Assim, constrói-se a face (e as vestes) retocada por espelhos de reflexos duvidosos. A seguir, o narrador, na apresentação da obra, explica que os soldados (*capacetes azuis*) começaram a explodir – trama central do romance - e reitera as pistas

ora perseguidas, no sentido de que os eventos históricos afetam, atingem e transformam a todos os lados neles envolvidos Acenando para este mesmo ponto:

Agora, pergunto: explodiram na inteira realidade? Diz-se, em falta de verbo. Porque de um explodido sempre resta alguma sobra de substância. No caso, nem resto, nem fatia. Em feito e desfeito, **nunca restou nada de seu original formato**. (COUTO, 2005, p.10 – **grifos nossos**).

Uma forma *original*, um traço de pretensas *essências*, são categorias improváveis para o narrador. Explodir pressupõe fragmentar estrondosamente. Com efeito, a indicação de que *nunca restou nada de seu original formato*, aponta para possibilidades interpretativas que dialogam com demandas contemporâneas que se insinuam, a despeito, por exemplo, no caráter móvel, instável e líquido que permeia o tempo atual – nas concepções de Zygmunt Bauman, *tempos líquidos* (2004) – e resvala nas identidades, nas subjetividades.

Em face da abertura interpretativa, podemos asseverar que o narrador, incessantemente, desfaz mitificações sobre o caráter salvador dos que vêm de fora. O corpo do soldado explode, embora ele tente corporificar a paz e a salvação das populações locais. Herói falível que sequer defende a si mesmo e se revela passível das mutilações – das quais, a castração que se evidencia no romance, por meio dos restos cadavéricos que redundam no semblante fálico.

Entretanto, não há indícios de sofrimento ou de piedade expressos pelas demais personagens: ficam apenas em estado de perplexidade ante o mistério, encarregam-se de investigar ou de ceder pistas, não havendo situações de honraria pelos soldados mortos ou luto pela perda – simplesmente, há o compromisso burocrático e diplomático na resolução do caso. No espaço discursivo, observamos, ainda, os enlaces entre a política e a ficção atuando como elemento problematizador da vida nacional cuja fisionomia conserva marcas de indecibilidades no sentido do rumo de seu governo, de sua identidade:

De entre a multidão figurava um bem visível cartaz com enormíssimas letras: “Boas vindas aos camaradas soviéticos! Viva o internacionalismo proletário!”. O administrador deu ordem instantânea de se mandar retirar o dístico. E que ninguém entoasse vivas a ninguém. **O povo andava bastante confuso** com o tempo e a atualidade (COUTO, 2005, p. 23-24 – **grifos nossos**).

As manifestações de aparente conciliação dos sistemas de governo e dos modos de produção acima referidos são, na verdade, indícios da inconsistência e da inconstância na

³ Optamos pelo termo *acordo* por presumirmos que, muitas vezes, há um pacto consciente entre as partes (população, comunidade, região, mídia, mercado, governos, agências, políticas culturais, etc.) na manutenção de imagens e de hábitos pretensamente típicos e tradicionais - e sabemos que tradições são inventadas e construídas.

constituição de um corpo nacional solidificado. O fato de que “O povo andava bastante confuso com o tempo e a atualidade” ratifica a premissa anterior e ainda permite considerar a ambiguidade de termos como *segurança nacional*. Ora, se pensado em seu sentido restrito, de forças defensivas como: marinha, exército, aeronáutica, serviços de inteligência e órgãos reguladores, localizaremos incongruências na aplicabilidade real de cada uma dessas instâncias. Se tomado na ideia de pertença identitária, a nação não apenas se revela inconsistente como incapaz de oferecer segurança a qualquer cidadão.

Ainda que em presença de fluxo contínuo de representantes de diversas nacionalidades (por vezes, incorporados à malha social de Tizangara), percebe-se, no mosaico da aglutinação que se tornara o país, quem é o elemento exógeno, o *estrangeiro*: “Aflitos, os estrangeiros comprimiam as máquinas fotográficas de encontro às barrigas, não fosse o diabo destecê-las.” (COUTO, 2005, p. 26) – para os quais os habitantes locais são, antes de tudo, diferentes, exóticos, objetos de olhares e análises. Precisam ser registrados visualmente e ter por imagem o ângulo oferecido por aquela representação que pretensamente guarda o *status* de corresponder mais fielmente à verdade. Também o enredamento global de influências, com hierarquias forçadas a partir de lugares de poderes, aparece na trama:

- Não me venha com essa merda dos explodidos. Cinco! Eu tenho que dar relatório aos meus chefes em Nova Iorque, não quero estórias nem lendas.
 - Mas o meu governo...
 - O seu governo está a receber muito. Agora são vocês a dar qualquer coisa em troca. E nós queremos uma explicação plausível!
 E o representante do mundo impôs condição: exigia-se um relatório bilíngue, previsões orçamentais e prestação de imediatas contas. O chefe da missão espumava as raivas (COUTO, 2005, p. 30).

Interstícios de subordinação e de poder entre as partes indicam cumplicidade, participação política consciente do representante de Moçambique, trocas edívidas recíprocas correspondentes aos interesses alheios ao povo e ao país. O narrador, portanto, demonstra que as forças são desiguais, mas que há anuência do poder local sob os circuitos de dominação, assim como para o estabelecimento da ‘paz’. A expressão “o representante do mundo”, além de reiterar a ironia da narrativa, cede a chave do jogo geopolítico, em que alguns países e blocos têm maior peso a ponto de se considerar mundial; em detrimento de outros, cujo lugar político é periférico (estes, portanto, são reduzidos ao *local*, ao *regional*, circunscrito a fronteiras impostas pela economia e por fatores diversificados). Ao aludir a *estórias e lendas*, a personagem sugere e subestima à comunidade, em sentido amplo, desprezando a capacidade cognitiva, intelectual e cultural das pessoas de *Tizangara*, concebidas como pouco afeitas ao esforço de tecer explicação plausível.

O fenômeno da explosão dos soldados desvela outras camadas de guerras e lutas, em outros planos, dentre os quais estão as convivências (sejam ideológicas, identitárias ou culturais): “Como podiam soldados estrangeiros dissolver-se assim, despoeirados no meio das Áfricas, que é como quem não diz, no meio de nada?” (COUTO, 2005, p. 30). À África está associada ao *nada*, enquanto não-lugar, entrelugar, ausência e indefinição, expressões que dão a tônica da complexidade do evento. O soldado é pulverizado e fragmentado no decurso do porvir do país. Não se trata, pois, de reconciliar diferenças e promover fusões e incorporações, em que explicitamente não haveria sequer ponto de origem (contrariando, outra vez, defesas de originalidade e pureza). Descortinam-se devastadoras ilações do narrador, quando questiona: “Morreram milhares de moçambicanos, nunca vos vimos cá. Agora, desaparecem cinco estrangeiros e já é o fim do mundo? O italiano permaneceu mudo.” (COUTO, 2005, p. 32).

Observe-se a multiplicidade de nacionalidade (*moçambicanos, estrangeiros, italianos*) enquanto elementos de referência tratados de forma desigual. Assim, ao declarar que “morreram milhares de moçambicanos” sem que se desse a mesma importância que fora dada aos cinco soldados explodidos, vislumbra-se um sistema de valoração perverso. Ocupar a função de fornecer à Metrópole exploradora, seja matéria-prima, vidas ou espaços geográficos e recursos naturais, constituiu a tônica de exploração que, delongada, faria despertar atitudes de revolta e tomada de posicionamento político. Não obstante, o narrador quebra a expectativa de portar-se com subserviência àqueles valores, porque ensaia postura respeitosa apenas por estratégia: “Eu seguia atrás, respeitosamente. No enquanto, observava o estrangeiro: como a alma dele se via pelas suas traseiras! Os europeus, quando caminham, parecem pedir licença ao mundo. Pisam o chão com delicadeza, mas, estranhamente, produzem muito barulho” (COUTO, 2005, p. 35).

Os constitutivos da experiência de contato com os europeus manifestam a percepção dos constrangimentos que eles causam, sob a aparente polidez e delicadeza. Todavia, que não sejamos negligentes com o foco oferecido: é um europeu visto pelas costas (“como a alma dele se via pelas traseiras”), o que torna pertinente explorar os significados da expressão e do prisma. Também frisamos que o narrador deambula com o italiano e o trânsito se converte em escrutínio do pós-guerra:

Chegamos, enfim, à pensão. Na fachada havia ainda vestígios dos tiros. Buraco de tiro é como ferrugem: nunca envelhece. Aquelas ocavidades pareciam recém-recentes, até faziam estremecer, tal a impressão que a guerra ainda estivesse viva. Em cima da porta, sobrevivia a placa “Pensão Martelo Jonas”. Antes, o nome do estabelecimento era Martelo Proletário. Mudam-se os tempos, desnudam-se as vontades (COUTO, 2005, p. 35).

A começar pelo recurso irônico da retomada em pastiche dos versos de Camões (“*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”), contextualizados em outro panorama histórico, podemos asseverar a densidade crítica do narrador ao pontuar aspectos subjacentes a projetos de economia e sistemas de governo: o *Martelo Proletário* não cabia nesses outros tempos. O momento de suposta transição histórica é espaço de conflituosos convívios, contradições e confusões conceituais, operando veladas críticas à tendência de países recém-saídos de guerras de libertação ou de revoluções sociais, cuja inclinação era adotar modelos questionáveis de governabilidade e de economia:

- A pensão é privada, mas é do Partido. Isto é, do Estado. E explicou: nacionalizaram, depois venderam, retiraram a licença, voltaram a vender. E outra vez: anularam a propriedade e, naquele preciso momento, se o estrangeiro assim o desejasse, o hoteleiro até podia facilitar as papeladas para nova aquisição. Falasse com o administrador Jonas, que tinha mandos no negócio (COUTO, 2005, p. 37).

A obra literária, neste ponto, capta as feridas simbólicas das ações fundadoras e dos aparatos de poder que, por fim, desnorteiam as personagens, tecidas como coadjuvantes da vida do país, sem papel relevante nas decisões das quais seriam as maiores interessadas. A falta de delimitação entre processos de privatização e estatização surge como alegoria da tentativa de inspiração no modelo soviético de revolução em contexto impróprio ou à defesa de democracias questionáveis.⁴ Em que pese o importante intercâmbio entre ficção e história, este mesmo prisma é ratificado em outro ponto do romance, em carta do administrador (Estêvão Jonas) a Massimo Risi:

Desculpe, a franqueza não é fraqueza: o marxismo seja louvado, mas há muita coisa escondida nestes silêncios africanos. Por baixo da base material do mundo devem de existir forças artesanais que não estão à mão de serem pensadas. Peço desculpa se estou enganado, faça-lhe uma autocrítica (COUTO, 2005, p. 72).

Torna-se clara a sugestão de que o marxismo, naquela situação, não passava de um nome no papel, atendendo antes à burocracia, nomenclatura ou formalidade, bastante distante da ideia norteadora que, para alguns, se mostrara utópica, inverídica ou improvável. Pensar a base material do mundo é também pensar diversos fatores apreendidos ainda superficialmente e que

⁴ A este respeito, Eric Hobsbawm assevera, em *Era dos extremos* (p. 439-440): “A URSS manteve-se fora das Américas, mas interveio em outras partes, sobretudo na África, em medida bem maior que antes e com algum sucesso. O simples fato de que a URSS permitiu ou encorajou a Cuba de Fidel Castro a mandar tropas para ajudar a Etiópia contra a nova cliente americana, a Somália (1977), e Angola contra o movimento rebelde UNITA, apoiado pelos americanos e o exército sul-africano, fala por si. As declarações soviéticas agora falavam “Estados de orientação

só se revelam mediante criterioso exame – afetando, inclusive, os silêncios *africanos*. Transposta a Tizangara, a forma marxista pareceu aquém das próprias promessas.

É importante destacar, ainda, que há a sobrevivência de termos nos discursos, conforme conveniências e interesses. De modo análogo, se podemos intuir um desgaste sobre as noções de *nacionalidade* e de *nação*, que redundaram nos estudos e teorias retomados no começo deste estudo, isso significa que, ao defendermos uma recombinação (ou seja, outros modos de coabitação de definições, teorias e planos conceituais), temos consciência de que, no plano discursivo, modos rígidos de defesa da nação e do nacionalismo têm força, sobrevivem e agem com eficiência especialmente em pretensas defesas de fronteiras, sejam elas geográficas, econômicas, linguísticas, culturais e sociais e, por vezes, decidindo o rumo político de alguns países.

Nos intrincados nós da nacionalidade, a porosidade da identidade e as respectivas fragilidades surgem a seguir: “- Peço desculpa, meus patrões. Peço falar com esse estrangeiro de fora.” – nesta transcrição está mais um indicativo da mobilidade das nacionalidades: se há estrangeiro de fora, certamente, há os de dentro, cuja cidadania e identidade pátria parecem inadequadas para que se o considere autêntico cidadão moçambicano.⁵ Obviamente, ideias sobre originalidade, autenticidade, tipicidade e congêneres não parecem adequados como categorias analíticas pertinentes, mas devem ser respeitadas no cerne da autonomia própria da representação literária. Ora, quantas vezes os ‘patrícios’ serviram a interesses estrangeiros em detrimento do país? E por que havia tamanha aquiescência com presenças estrangeiras para garantir a paz? A volta do pai do *Tradutor* elucida as perspectivas de retomada e de reconstrução da vida – o pai, a pátria, no corpo de uma família-nação:

O italiano adivinhou a minha preocupação.

- Que se passa?

- O senhor não sabe o que significa a chegada de meu velho.

Sem que desse conta eu me abria e confessava antigas lembranças ao estrangeiro. Vantagem de um estranho é que confiamos essa mentira de termos uma só alma (COUTO, 2005, p. 41).

Provavelmente, a situação de intimidade, evocada a partir do compartilhamento de lembranças indica outros planos do contato e do convívio com estrangeiros: em certa medida, têm-se a cumplicidade construída por dividirem o cotidiano, as vicissitudes e por se igualarem quanto às questões existenciais. Entre paz e guerra, há, sobretudo, a presença de ambos, o viver

socialista”, além dos plenamente comunistas. Angola, **Moçambique**, Etiópia, Nicarágua, Iêmen do Sul e Afeganistão compareceram ao funeral de Brejnev em 1982 com esse título.” – (**grifos nossos**).

diário com o italiano, de modo que um passa a se integrar na vida do outro, na vida em comum que apaga as margens e os limites das distâncias referentes à privacidade e à preservação de segredos. No esteio dessas considerações, o narrador prossegue, de modo que, ao falar de si, fala de situações que se pode aplicar às pessoas coletivamente:

Passou-se o tempo e eu saí da terra nossa, encorajado pelo padre Muhando. Na cidade, eu tinha acesso à carteirinha das aulas. A escola foi para mim como um barco: me dava acesso a outros mundos. Contudo, aquele ensinamento não me totalizava. Ao contrário, mais eu aprendia, mais eu sufocava. Ainda me demorei por anos, ganhando saberes precisos e preciosos.

Na viagem de regresso não seria já eu que voltava. Seria um quem não sei, sem minha infância. Culpa de nada (COUTO, 2005, p.48).

Sair é se tornar um estrangeiro; e participar de outras realidades implica transformar a si e mudar a relação com o lugar de onde se partiu. A viagem também pode ser real ou simbólica, mas a personagem narradora valoriza o ensino formal e não o antagoniza com outras formas de saber: ambos compõem a necessária bagagem. Posteriormente, as rotas traziam o narrador para o ponto de partida: “De todas as vezes que fui visitar meu pai eu me entreguei à vida do povo dali.”

A capacidade de readaptação aparece como fator de sobrevivência, enquanto a falta de referencialidade do passado, da infância o tornaria estrangeiro de si mesmo (*Seria um quem não sei sem minha infância*) – logo, reconhece a validade do vivido, ainda que contenha dores, frustrações, batalhas. No romance, a mãe do *Tradutor* é a personagem que sustenta uma versão particular sobre o último voo de um flamingo, dando-lhe colorações simbólicas ilustrativas do significado. O pai do *Tradutor* ocupa o lugar de contestador, subversivo, enquanto também esboça uma relação cáustica com o lugar do próprio filho, no tocante ao ato de traduzir e ao idioma em si:

- Lembra que eu andava a aprender idioma da passarada? Pois, sua mãe nunca me autorizou.

- Pai, me escute...

-Agora, meu filho, eu já não falo nenhuma língua, falo só sotaques. Entende? (COUTO, 2005, p. 53).

Sotaque é o ritmo sonoro das palavras, tanto quanto a sonoridade dos pássaros é considerada como um canto. O fluxo de trocas entre os simbolismos apresentados desvela a opacidade com a forma de falar e de interpretar palavras diante de outro cenário e em face de

⁵ Aspectos problemáticos da mesma ideia aparecem no capítulo XIV, confluindo para o que ora defendemos como ponto de vista: “Chega um

outros indivíduos que passaram a integrar o lugar. A alusão aos pássaros, sob a forma de passarada ou em referência a flamingos denotam os voos e a capacidade de ver de cima para, então, poder tocar a terra.

A torrente de diferenças linguísticas, aguçada pela obrigatoriedade e coerção dos sistemas coloniais obrigaria os falantes locais a violento processo de reabilitação linguística – idioma oficial *versus* dialetos, regionalismos e outras maneiras de desqualificar o código linguístico dos povos subalternizados. As disputas por hegemonia se escamoteiam por muitas vias, consubstanciando outros territórios de guerra. E o pai do narrador declara (COUTO, 2005, p. 54):

É estranho. Por aqui já não se ouvem tiros!
- Pai, a guerra já acabou.
- Você acredita nisso?

A guerra acabaria em seu sentido principal, mas não em seus sentidos paralelos que incluem memória, hábitos culturais, idiomas, patrimônios em acepção ampla e, mesmo, o fato de não ser prisioneiro economicamente de outras potências e construir real independência, superando a burocracia dos atos oficiais, caprichosos mais em termos que em probabilidade de ser efetivo e aplicável. A mãe do narrador, já morta, aparece em sonho, confirmando o pensamento aludido pelo pai: “– A guerra nunca partiu, filho. As guerras são como as estações do ano: ficam suspensas, a amadurecer no ódio da gente miúda.” (COUTO, 2005, p. 48)

O clima de tensão de revoltas é premente e associado à persistência de injustiças sociais sofridas pela *gente miúda*. Outra inconsistência sob esses pretensos circuitos de independência encontra-se no olhar para si, no corpo da nação. A figuração familiar dos dramas nacionais assim prossegue a se insinuar, talvez indicando linhagens indiretas e diretas, com algumas possibilidades e previsibilidades:

- Agora essa moça vai querer lhe acompanhar lá para sua terra. Ela mais o vosso filho mulato. Percebeu-se algum desprezo no modo como disse “mulato”. O padre Muhando já falara contra esse preconceito. O pensamento do sacerdote ia direito no assunto: mulatos, não somos todos nós? Mas o povo, em Tizangara, não se queria reconhecer amulatado. Porque o ser negro - ter aquela raça - nos tinha sido passado como nossa única e última riqueza. E alguns de nós fabricavam sua identidade nesse ilusório espelho (COUTO, 2005, p. 59).

O imaginado filho oriundo de nacionalidades díspares é inferiorizado por seu caráter híbrido, impuro – somente festejado em situações estratégicas, no âmbito da construção da

desses estrangeiros, nacional ou de fora, e nos arranca tudo de vez. Até o chão nos arrancam”.

nacionalidade. A imagem projetada no *ilusório espelho* indica o desejo de integração em outro circuito social que, possivelmente, diluísse preconceitos arraigados e introjetados, para confirmar a riqueza do *ser negro*. O pertencimento, todavia, guarda polissemias, assume várias vestes, fragmenta-se em intermináveis trabalhos de reconstrução – na obra, a negação da personagem não apaga os fatos. Outra personagem da trama expressa semelhante sentimento, inserida em declarada repulsa ao contingente negro que, na compreensão dela, não representa a si, não tem contornos definidos, não sustenta identidade louvável;

(...) Que posso fazer? São pretos, sim, como eu. Contudo, não são da minha raça. Desculpe, Excelência, pode ser eu seja um racista étnico. Aceito. Mas esta gente não me comparece. Às vezes, até me pesam por vergonha que tenho neles. Trabalhar com as massas populares é difícil. Já nem sei como intitular-lhes: massas, povo, populações, comunidades locais (COUTO, 2005, p. 95).

Os reconhecimentos de si e dos outros transitam num perpétuo estranhar, na idealização de não ser como os demais, repousando, assim, em velado sofrimento interior (*São pretos, sim, como eu*) cuja constatação é mobilizada por olhares externos (a imagem no exterior). A impossibilidade de defender uma unidade orgânica do que vem a ser Tizangara no pós-guerra é proporcional ao desconforto do não-reconhecimento: país desfigurado, exibindo cicatrizes herdadas das situações históricas de que se constituiu. Partindo do que oferece a personagem, podemos aduzir às assertivas de Miguel Vale de Almeida, segundo as quais:

O conceito de pós-colonial será útil se, e apenas se, nos ajudar a descrever e caracterizar a mudança nas relações globais que marca a transição desigual da era dos impérios para o período pós-independências. Por um lado, é universal, na medida em que sociedades colonizadas e colonizadoras foram ambas afetadas pelo processo. Por outro lado, o termo ‘pós-colonial’ não pode servir de descritor disto ou daquilo, de um ‘antes’ ou um ‘depois’. Deverá, sim, reler a colonização como parte integrante de um processo que é essencialmente transnacional e translocal, produzindo, assim, uma escrita descentrada, diaspórica e global sobre as grandes narrativas imperiais centradas em nações. Neste sentido, o pós-colonial não é uma periodização baseada em estádios (ALMEIDA, 2007, p. 33).

Por compactuarmos com a constatação do caráter transnacional e translocal sob a tessitura da nacionalidade – em que pesem as delimitações simbólicas que, na obra, cooptamos como elemento significativo – presumimos que vinculações e dissensões compõem o tecido interno da questão, sempre a minar a pretensa homogeneidade nacional. A beleza e soberania do país nem sempre são uma meta: outras construções imagéticas podem ser buscadas, ao sabor das conveniências, conforme encontramos na voz da personagem Estêvão Jonas:

Era o que acontecia se havia as visitas de categoria, estruturas e estrangeiros. Tínhamos orientações superiores: não podíamos mostrar a Nação a mendigar, o País com as costelas todas de fora. Na véspera de cada visita, nós todos, administradores, recebíamos a urgência: **era preciso esconder os habitantes, varrer toda aquela pobreza.**

Porém, com os donativos da comunidade internacional, as coisas tinham mudado. Agora, a situação era muito contrária. Era preciso mostrar a população com a sua fome, com suas doenças contaminosas. Lembro bem as suas palavras, Excelência: **a nossa miséria está render bem.** Para viver num país de pedintes, é preciso arregaçar as feridas, colocar à mostra os ossos salientes dos meninos. Foram essas palavras do seu discurso, até aponteí no meu caderno manual. Essa é atual palavra de ordem: juntar os destroços, facilitar a visão do desastre. Estrangeiro de fora ou da capital deve poder apreciar toda aquela coitadeza sem despender grandes suores. É por isso os refugiados vivem há meses acampados nas redondezas da administração, dando ares de sua desgraça (COUTO, 2005, p. 75 - **grifos nossos**).

Explorar imagens e situações ao sabor do que pode se converter em alguma forma de vantagem faz perceber que, em certos casos, a manutenção da miséria é instrumentalizada como objeto de negócios. Nos jogos políticos, a pobreza ajuda na arrecadação que, contraditoriamente, não é utilizada para erradicar problemas ou minimizar sofrimentos. Constatamos, nesse mesmo jogo trazido no romance, que também esta é uma maneira de reconfigurar a imagem do país, boicotando, de certa maneira as tentativas de reestruturação e reorganização social e econômica. Por certo, os desgastes provenientes dos percursos de guerras se fazem prolongar em mãos que articulam o poder.

A guerra tinha terminado, fazia quase um ano. Não tínhamos entendido a guerra, não entendíamos agora a paz. Mas tudo parecia correr bem, depois que as armas se tinham calado. Para os mais velhos, porém, tudo estava decidido: os antepassados se sentaram, mortos e vivos, e tinham acordado um tempo de boa paz. Se os chefes, neste novo tempo, respeitassem a harmonia entre terra e espíritos, então cairiam as boas chuvas e os homens colheriam gerais felicidades. Os novos chefes pareciam pouco importados com a sorte dos outros. Mas, na minha vila, havia agora tanta injustiça quanto no tempo colonial. Parecia de outro modo que esse tempo não terminara. Estava era sendo gerido por pessoas de outra raça (COUTO, 2005, p. 109-110).

Já aqui, não parece que a referência a pessoas de outra raça tenha a ver com o conceito habitual do termo, mas a referendar a mesma perspectiva anteriormente apontada, de que há outra tipificação de gente pouca afeita aos seus semelhantes, impiedosa e interesseira, cujas ações fazem a personagem duvidar do tempo que esteja a viver – parecia que o tempo colonial não havia terminado. Diferenças substanciais não são verificadas nem parecem se encaminhar, exigindo, portanto, outro modo de pensar a nacionalidade: afinal, os que pertencem à mesma

terra que os demais não têm interesse na recuperação daquele território, não se comprometem com desenvolvimentos ou mudanças sendo, portanto, estrangeiros porque desvinculado de pactos por melhoras coletivas.

Os novos-ricos se passeavam em território de rapina, **não tinham pátria**. Sem amor pelos vivos, sem respeito pelos mortos. **Eu sentia saudade dos outros que eles já tinham sido**. Porque, afinal, eram ricos sem riqueza nenhuma. Se iludiam tendo uns carros, uns brilhos de gasto fácil. Falavam mal dos estrangeiros, durante o dia. De noite, se ajoelhavam a seus pés, trocando favores por migalhas. Queriam mandar, sem governar. Queriam enriquecer, sem trabalhar (COUTO, 2005, p. 110 - **grifos nossos**).

A concentração de riqueza e de poder causa torpor e profusão de ilusões, de modo que ofuscam a percepção de persistência de sistemas de exploração através de relações predatórias com Tizangara.

Se atabaralhou, tudo de enfiada: durante séculos quiseram que fôssemos europeus, que aceitássemos o regime deles de viver. Houve uns que até imitaram os brancos, pretos desbotados. Mas ele, se houvesse de ser um deles, seria mesmo, completo, dos pés aos cabelos. Iria para a Europa, pedia lugar lá no Portugal Central. Não o deixavam? Como é: ou se é português ou se não é? (COUTO, 2005, p. 135).

A fragmentação da identidade se subdivide em outras camadas, confirma-se na voz de outra personagem, Sulplício, que declara: “Mas era gente anônima, no interior de uma nação africana que mal sustenta seu nome no mundo. Quem se ocuparia disso?” Claro que esta suposta “desimportância” é um recurso irônico que critica a atenção estratégica que as organizações mundiais, em qualquer plano (de cunho econômico, político, sociológico ou cultural) acionam mediante outros interesses reais, quase sempre predatórios ou intervencionistas.

No espaço discursivo a personagem entremeia relato biográfico e história; vida pessoal e vida da pátria, como entidades que compõem um mesmo corpo:

- É que eu, assim deixado e desleixado, me lembro a própria nossa terra. **Porque a nossa pátria não via em si o apreço de seus filhos**. Eu já notara o destino de nossa terra? Fazia lembrar aquele homem que, de tanto ressuscitar, acabou morrendo. Eu que visse como haviam esburacado o nosso chão. Uns semeavam minas no país. Eram esses de fora. Outros, de dentro, colocavam o país numa mina.
 - Sabe, filho, o que é pior?
 - E é o quê, pai?
 - É que nossos antepassados nos olham agora como filhos estranhos (COUTO, 2005, p. 205-206).

Deixado e desleixado, esquecido de si e mal-cuidado: o espelho ao qual se volta Sulplício é desalentador e sincero. Como se arrumar para além das aparências? Pátria muito mal-amada por seus filhos, conforme frisado. No corpo da pátria, afloram estrangeiros em terra própria e patriotas em transitividade. Por outro lado, o que há é um manto crítico sob um novo tempo que apresenta pouca novidade e frustra projeções e expectativas.

Os estilhaços da pátria se evidenciam nos olhares perplexos de cada personagem de *O último voo do flamingo*. Se o romance toma por mote a explosão dos soldados da ONU, os escombros de Tizangara são o elemento principal. Identidade é questão pouco resolvida, neste caso e, decerto, se pluraliza em formas de representação e de reconhecimento/estranheza. O diálogo contínuo com o passado visa a busca por respostas entre fendas, suturas e rasuras deixadas por inapeláveis processos históricos.

Trazendo questões subjacentes à obra de Mia Couto, temos claros os espaços entre ficção e realidade histórica, cujos paralelos, pertinências e enlaces já foram exaustivamente discutidos e comprovados por referências específicas, das quais Hayden White ⁶ (1996) é a expressão maior e ao qual se somam muitos teóricos alinhados com a perspectiva de análise que preza pela metaficção historiográfica. Assim sendo, tomamos as ilações de Paul Ricoeur para fins de pleno esclarecimento de orientação de análise, segundo as quais:

O par narrativa histórica/narrativa de ficção, tal como já aparece constituído no nível dos gêneros literários, é claramente um par antinômico. Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora formulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor (RICOEUR, 2007, p. 274).

Portanto, tratamos de um livro cujo pano de fundo é assumidamente as terras moçambicanas em conjuntura posterior à guerra de Independência e da precedente guerrilha, em um lugar fictício chamado Tizangara, cujos personagens e tipos, nomeados e anônimos passam à capacidade interpretativa do leitor a responsabilidade de tirar conclusões, apostando, em contrapartida, também no seu discernimento quanto à interface entre a Literatura e a História.

O último voo do flamingo, em seu capítulo XI, intitulado *O último culpado*, encontramos a seguinte epígrafe: “As ruínas de uma nação começam no lar do pequeno cidadão”. A

⁶Na questão discutida, destacamos a seguinte assertiva do autor: “Admitimos que uma coisa é representar ‘o que aconteceu’ e ‘por que aconteceu’ e outra bem diferente é prover um modelo verbal, na forma de uma narrativa, de modo a explicar o processo de desenvolvimento que conduz de uma situação a uma outra situação recorrendo às leis de causação. Mas a história difere das ciências precisamente porque os historiadores discordam, não só sobre quais são as leis de causação social que poderiam invocar para uma dada sequência de eventos, mas também sobre a questão da forma que uma explicação ‘científica’ deve assumir.” (WHITE, 1995, p 27-28).

pertinência de começar ou terminar no lado do pequeno cidadão interessa, talvez, menos, que a certeza de que atinge o cidadão e passa por seu lar, independentemente do impacto que isso tenha, embora não possamos desviar da sugestão da ficção quanto à ordenação hierárquica da sociedade.

Dentro do romance, a consubstanciação de pretendidas autonomias nacionais e o real estatuto político alcançado duvidosa e vagorosamente, põe em lide muitas desarticulações – que são oferecidas pela literatura para apreciação dos leitores contemporâneos da obra de ficção. Em tal percurso, surge uma aparente superposição de temporalidades e possibilidades inumeráveis de reelaborações de planos da História. Infere-se que há mais histórias nas histórias que lemos e, por isso, torna-se viável puxar os fios da narrativa tomando um tema como a ponta do novelo. É desta forma que exploramos os modos reconfigurados e recombinações das nacionalidades, mesmo assumidamente focalizando a principal delas, por ser cenário e base do que é contado em *O último voo do flamingo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Orgs). Campinas: UNICAMP, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BHABHA, Homi. Narrando a nação. In: Nacionalidade em questão. ROUANET, Maria Helena (org.). UERJ, Instituto de Letras, 1997, p. 48-51. **Cadernos de Pós-Letras n. 19**.

COUTO, Mia. **O último voo do flamingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**; Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RENAN, Ernest. O que é uma nação. In: ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão**. **Cadernos de Pós-Letras n. 19**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 48-51.

RICOEUEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SECCO, Lincoln. **A revolução do cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica no século XIX**. Tradução de José Laurênio de Melo. 2 ed. São Paulo: EDUSP. 1995.

Recebido em: 22/03/2019

Aprovado em: 24/06/2019